

Óleo da Petrobras atinge mangues

Combustível que vazou de refinaria da empresa chega a um metro de altura em santuário ecológico da Baía de Guanabara

Das agências Estado e Folha

Rio — O que na quarta-feira não passava de uma ameaça já é realidade. O último santuário ecológico da Baía de Guanabara foi atingido ontem pelo óleo que vazou na madrugada de terça-feira de um duto da Petrobras na refinaria de Duque de Caxias. A mancha penetrou 4 km no rio Suruí, o mais importante da APA (Área de Proteção Ambiental) de Guapimirim.

Foram imediatos os reflexos da poluição na área, que, pela riqueza ambiental, é conhecida como o "pantanal fluminense". Pela manhã, caranguejos, siris e aves cobertos de óleo agonizavam ao longo do Suruí e no manguezal da APA. A reserva se estende pelos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo. A APA preserva, em 14 mil

hectares, a fauna e a flora originais da baía. O fato de a região ter sido atingida pela mancha de óleo agrava as consequências do desastre ecológico. O diretor da APA, Radamés Marzullo, entregará na segunda-feira à Superintendência Regional do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) um levantamento detalhado dos danos causados à natureza local pelo óleo. Marzullo tirou fotografias dos mangues e rios cobertos por camadas de óleo. Esse material fará parte do dossiê que será encaminhado ao Ibama. Envolvido na defesa dos manguezais há 40 anos, Marzullo ficou chocado com a extensão dos danos ambientais. "É uma área virgem, berçário do ecossistema, não tem como quantificar a perda", afirmou o secretário estadual de Meio Ambiente, André Correia.

Técnicos da Petrobras e da Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema) estiveram vistoriando a área. O óleo entrou pelo rio Suruí e chega a um metro de altura no manguezal. "Eu só choro de raiva com essa situação", afirmou Marzullo. "Conseguimos o reconhecimento federal em 1984 para agora um órgão também federal provocar essa agressão."

O secretário afirmou que 700 funcionários da Petrobras trabalham na limpeza das águas da baía e das praias atingidas (todas as da ilha de Paqueta, mais as de Mauá, Anil, Imperador e Ipiranga, em Magé, município a 60 km do Rio). Segundo ele, a secretaria emprega, no combate ao óleo, 16 barcos, duas barcas e um helicóptero.

A organização não-governamental Greenpeace anunciou que chegam hoje ao Rio dois técnicos incumbidos de avaliar a extensão dos danos ambientais. O diretor-executivo da ONG, Roberto Kishinami, disse que "a Petrobras não tem sido transparente. Ela não tem pessoal treinado nem equipamento adequado para enfrentar a situação". A ONG Os Verdes também está se mobilizando. O coordenador geral da entidade, Sérgio Ricardo de Lima, afirmou que acionará o Ministério Público Federal.

A Petrobras enviou dragas e lanchas ao local para tentar conter a poluição, mas o diretor da APA teme que a mancha de óleo avance mais no manguezal com a maré cheia. Ele se queixou da falta de estrutura para proteger a reserva de acidentes ecológicos. "Somos só eu, um professor e dois ou três auxiliares administrativos: faltam técnicos especializados e equipamentos. Só temos a vontade de luta e nada mais."

Domingos Peixoto / AG



Morador mostra mergulhão coberto por óleo encontrado na praia de Mauá, no Rio: agonia também de caranguejos, siris e outras aves



Multa pode ir a R\$ 50 milhões

O Ministério do Meio Ambiente poderá multar a Petrobras em até R\$ 50 milhões em função do vazamento de óleo na Baía de Guanabara, segundo o superintendente do Ibama, por decisão final sobre a multa a ser aplicada e a fixação do valor seria tomada entre o Ibama e o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, ainda na noite de ontem, mas a reunião foi adiada. O ministro sobrevoará hoje no Rio a área atingida pelo óleo — o presidente da Petrobras, Henri Reichstul, foi convidado e deve acompanhá-lo — e em seguida deverá anunciar as medidas que serão adotadas pelo ministério.

Segundo o superintendente do Ibama, esta é a primeira vez que a APA é atingida por vazamento de óleo. "Já houve pequenos vazamentos na região, que ficaram concentrados, mas nunca haviam atingido a APA. Isso ocorreu devido à intensidade do vazamento e às condições favoráveis à dispersão", avaliou Mendes.

Outra alternativa que está sendo estudada pelo Ibama é a aplicação de multas diárias cujo valor pode chegar a R\$ 5 milhões por dia, enquanto o óleo conti-

nuar matando microorganismos. Essa alternativa é defendida pelo superintendente do Ibama, porque forçaria a Petrobras a agilizar o trabalho de limpeza da baía.

A decisão final sobre a multa a ser aplicada e a fixação do valor seria tomada entre o Ibama e o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, ainda na noite de ontem, mas a reunião foi adiada. O ministro sobrevoará hoje no Rio a área atingida pelo óleo — o presidente da Petrobras, Henri Reichstul, foi convidado e deve acompanhá-lo — e em seguida deverá anunciar as medidas que serão adotadas pelo ministério.

Sarney Filho considerou "irrisórias" as duas multas — de R\$ 93,6 mil, no total — aplicadas pelos órgãos ambientais do Rio à Petrobras. Ao multar a empresa, na quarta-feira, o secretário estadual de Meio Ambiente, André Correia, que ontem sobrevoou a Baía de Guanabara, admitiu que considerava o valor "ridículo", mas alegou que era o máximo permitido pela legislação estadual.

A Agência Nacional do Petrô-

leo (ANP) divulgou nota lamentando o acidente e informou que a Petrobras foi notificada. A empresa terá de explicar as causas e consequências do acidente. A ANP fará vistorias na baía e no sistema de transporte de óleo, a fim de apurar o que provocou o vazamento.

Também em nota à imprensa, o Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias responsabilizou o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério de Minas e Energia pelo vazamento no duto de Ilha D'Água. Os órgãos, segundo o texto, não teriam "tomado providências" contra a Petrobras, quando ocorreu o rompimento do tubo em 1997, apesar de denúncias do sindicato.

A Feema (Fundação Estadual de Engenharia em Meio Ambiente) acusou a Petrobras de não ter instalado bóias de contenção do óleo poluente na entrada dos rios que desembocam na Baía de Guanabara para evitar que o desastre ambiental se estendesse também para os mangues da região. (AF e AE)

MEMÓRIA

VAZAMENTOS FREQUENTES NA REGIÃO

O maior acidente ecológico causado por vazamento de óleo no Rio de Janeiro ocorreu em março de 1975, quando o petroleiro iraniano Tarik Iba Ziyad, fretado pela Petrobras, teve um problema no casco e derramou 6 mil toneladas de óleo bruto na Baía de Guanabara. A mancha se concentrou próximo à Ilha do Governador. Um inquérito foi realizado em caráter sigiloso.

Vinte e dois anos depois, em março de 1997, um vazamento na mesma tubulação onde ocorreu o acidente de terça-feira passada lançou 600 toneladas de óleo no mar, destruindo cerca de quatro mil metros quadrados de manguezais.

Polícias investigam

Da Agência Folha

Rio — A Polícia Federal e a Polícia Civil deverão trabalhar juntas no inquérito criminal que tentará descobrir quem foram os responsáveis pelo vazamento de óleo do duto da Petrobras.

A Delegacia de Meio Ambiente da Superintendência da PF no estado e a Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil já abriram inquéritos.

A tendência é que os dois inquéritos sejam unificados na PF, com a Polícia Civil repassando as informações que resultarem das investigações.

O delegado federal Ricardo Bechara, chefe da Delegacia de Meio Ambiente da Superintendência, e a delegada Adriana Pires, titular da Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil, já conversaram sobre o trabalho conjunto. Os dois se encontraram na praia

de Mauá (Magé, a 60 km do Rio), uma das mais atingidas pelo desastre ecológico.

O Ministério Público Federal e a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) também deverão trabalhar em parceria. A PGJ já abriu um inquérito civil para apurar as responsabilidades.

Esse inquérito, com a participação do Ministério Público Federal, deverá resultar em uma ação civil pública contra os acusados.

O biólogo Mário Moscatelli, gerente do Programa de Manguezais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, disse que os mangues podem levar até 20 anos para se recuperar totalmente dos efeitos do desastre ambiental na Baía de Guanabara.

Ele também criticou a atuação da Petrobras. "Limpar praias é fácil. Eu quero saber o que vai ser feito para salvar os manguezais."

BARCOS À VENDA

O pescador André Soares, de 47 anos, tomou uma decisão ontem pela manhã: vai colocar seu barco à venda e escolher outra atividade econômica para sustentar a mulher e os três filhos pequenos. "Não dá para viver rezando com medo de cada derramamento." Sua decisão foi acompanhada por outros pescadores. Ontem pela manhã era fácil encontrar pequenos barcos à venda. As embarcações cobertas de óleo eram oferecidas por R\$ 300. (AE)

INDENIZAÇÃO

O secretário estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, André Correia, pediu ajuda ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para contratar especialistas da Agência de Proteção Ambiental Americana, que fariam avaliação financeira do dano ecológico causado pelo vazamento. "Essa avaliação vai servir de parâmetro para indenização aos pescadores", afirmou. (AE)